

## **DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BAÍA DA TRAIÇÃO - PB PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL<sup>1</sup>**

### ***SOCIOECONOMIC DIAGNOSIS OF THE MUNICIPALITY OF BAÍA DA TRAIÇÃO - PB FOR THE TERRITORIALIZATION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS***

**Grupo de Trabalho (GT): GT02. Políticas públicas para o desenvolvimento regional**

**João Bosco Duarte Filho<sup>2</sup>  
Sabrina Martins de Araújo<sup>3</sup>  
Ramailda Batista de Sousa<sup>4</sup>  
Franciely Fernandes Duarte<sup>5</sup>  
Leandro Araujo Wickboldt<sup>6</sup>**

#### **Resumo:**

De acordo com o PNUD, os municípios têm importância fundamental para que os países alcancem os ODS, pois conhecem seus principais problemas, peculiaridades e necessidades, facilitando a construção de soluções. Contudo, sabe-se que na maioria dos pequenos municípios brasileiros os gestores públicos têm dificuldades em termos de coleta, tabulação, análise de dados, elaboração de diagnóstico e planejamento socioeconômico, aspectos fundamentais para a elaboração de políticas públicas. Diante disso, este trabalho consiste em um diagnóstico socioeconômico com o objetivo de fornecer informações qualificadas que subsidiem a formulação de estratégias e ações efetivas de políticas públicas para o alcance dos ODS no município de Baía da Traição – PB. Para isso, foram coletados dados secundários provenientes de bases de dados oficiais como IBGE, PNUD, Ministério da Saúde, Ministério de Desenvolvimento Social, Inep, dentre outras. Por meio da coleta, tratamento e análise dos dados coletados, foi possível construir um retrato detalhado da realidade local. Desse modo, o diagnóstico elaborado configura-se como um importante instrumento para a territorialização dos ODS, podendo subsidiar gestores e tomadores de decisão na formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às particularidades e necessidades da população local.

**Palavras-chave:** Baía da Traição; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas.

#### **Abstract:**

*According to the UNDP, municipalities are crucial for countries to achieve the SDGs, as they understand their main problems, specificities, and needs, facilitating the development of solutions. However, it is known that in most small Brazilian municipalities, public administrators*

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de um projeto de extensão universitária.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências da Computação – UFPB. E-mail: joaoboscoduarte@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora – DCSA/CCAUE/UFPB. E-mail: sabrinaeconomia@gmail.com.

<sup>4</sup> Economista – UFPB. E-mail: ramaildabs@hotmail.com.

<sup>5</sup> Professora - FACISA/UFRN. E-mail: franciely.duarte@ufrn.br.

<sup>6</sup> Professor – DCSA/CCAUE/UFPB. E-mail: leandrowickboldt@hotmail.com.

*face difficulties in collecting, tabulating, analyzing data, developing diagnoses, and socioeconomic planning, all of which are fundamental aspects for developing public policies. Therefore, this study consists of a socioeconomic diagnosis aimed at providing qualified information to support the formulation of effective public policy strategies and actions to achieve the SDGs in the municipality of Baía da Traição, Paraíba. To this end, secondary data were collected from official databases such as the IBGE, UNDP, Ministry of Health, Ministry of Social Development, INEP, among others. Through the collection, processing, and analysis of the collected data, it was possible to construct a detailed portrait of the local reality. Thus, the resulting diagnosis constitutes an important tool for the territorialization of the SDGs, potentially supporting managers and decision-makers in formulating more effective public policies aligned with the particularities and needs of the local population.*

**Keywords:** *Baía da Traição; Sustainable Development Goals; Public Policies.*

## 1 INTRODUÇÃO

Na 70<sup>a</sup> Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 2015, foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda é um plano de ação composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que visam erradicar a pobreza e promover uma vida digna (PNUD, 2021).

De acordo com o PNUD (2021), os municípios têm papel fundamental para que os países alcancem os ODS, pois conhecem seus principais problemas, peculiaridades e necessidades, o que facilita a construção de soluções. A gestão municipal é responsável por formular estratégias eficazes para a implementação de políticas públicas, e o ponto de partida para essa elaboração é a coleta e análise de informações relevantes.

Por meio de um diagnóstico situacional do município, a gestão passa a ter um melhor entendimento das necessidades e dos desafios enfrentados pela comunidade, podendo, assim, desenvolver e implementar políticas públicas direcionadas ao alcance dos ODS.

Dessa forma, considerando a importância da territorialização dos ODS e a necessidade de oferecer suporte informacional aos gestores públicos na construção de políticas públicas alinhadas às demandas locais e, por conseguinte, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, este artigo consiste em um diagnóstico socioeconômico com o objetivo de fornecer informações qualificadas que subsidiem a formulação de estratégias e ações efetivas de políticas públicas para o alcance dos ODS no município de Baía da Traição – PB. A escolha do município de Baía da Traição considerou a localização do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pois está localizado na região metropolitana do Vale do Mamanguape, a importância

da extensão universitária para a comunidade local e a relevância histórica do município.

As informações produzidas por meio deste diagnóstico permitem uma compreensão mais aprofundada da realidade local, identificando vulnerabilidades, potencialidades, desigualdades sociais e econômicas, além de aspectos estruturais e demográficos que impactam diretamente na qualidade de vida da população. Ao reunir dados relevantes, o estudo busca orientar a tomada de decisão dos gestores públicos, promovendo a formulação de políticas públicas mais eficazes, equitativas e sustentáveis, voltadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU no município de Baía da Traição.

Para a elaboração do diagnóstico seguimos o modelo proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS, que propõe um modelo de matriz básica por áreas temáticas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a ONU BRASIL (2016), as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a econômica, a social e a ambiental, são tratadas de maneira integrada e equilibrada nos 17 objetivos e 169 metas estabelecidos pela Agenda 2030. Estes objetivos são listados da seguinte maneira:

- a) Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b) Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c) Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d) Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e) Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- f) Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- g) Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;

- h) Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- i) Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- j) Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k) Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l) Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m) Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
- n) Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o) Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p) Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- q) Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o PNUD (2021), a responsabilidade de estabelecer políticas públicas para alcançar estes ODS não recai exclusivamente sobre o governo federal. Governos estaduais, municipais, sociedade civil e iniciativa privada também devem se envolver, sendo que o contexto local pode potencializar a implementação da agenda, tornando os ODS parte integrante do dia a dia das pessoas.

Deste modo, os ODS passaram a ser vistos como instrumentos que servem para orientar a formulação de políticas e ações tanto por parte de agentes públicos, quanto privados, e cada país passou a internalizar esses objetivos, adaptando suas metas e indicadores globais à realidade nacional. O processo de territorialização dos ODS, nos estados e municípios, representa um desafio significativo para os gestores. O engajamento dos gestores estaduais e municipais na adoção da Agenda 2030 e no cumprimento das metas estabelecidas para 2030 é de extrema importância no contexto nacional, considerando que grande parte dos investimentos

para atingir os ODS acontece no âmbito subnacional e é liderada pelas autoridades locais (MUCHAGATA, *et al.*, 2023).

Os estudos mostram que a dificuldade de implementar e monitorar políticas públicas intersetoriais é um desafio a ser superado pela gestão pública no Brasil. Para Kist e Bellen (2022), a grande diversidade de objetivos e dificuldade de gestão da informação para estabelecer metas locais pode acabar se tornando um obstáculo para a elaboração das políticas que atendam a Agenda 2030, sendo necessária, em primeiro lugar, a produção de diagnósticos sobre a cidade.

Para Muchagata, *et al.* (2023), é preciso criar estratégias que apoiem os tomadores de decisão no nível local a incorporar os ODS nos instrumentos de gestão. Recomenda-se que os municípios selecionem metas e indicadores prioritários, de acordo com suas características e necessidade da população. Isso possibilita o direcionamento das estratégias e recursos para a implementação dos ODS em âmbito local.

Alguns trabalhos vêm dedicando atenção para o estudo do papel de diferentes atores no cumprimento dos ODS, dentre eles as universidades e a gestão municipal. Santos (2019) examinou as atividades acadêmicas de uma Instituição de Ensino Superior (IES) com o objetivo de avaliar como o planejamento estratégico da mesma pode ajudar a alcançar os ODS. A autora realizou um exame dos componentes curriculares, projetos de pesquisa e atividades de extensão, buscando identificar elementos alinhados com a agenda dos ODS, análise combinada com a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, visando apontar sugestões para melhoria na integração entre planejamento e sustentabilidade no contexto das IES. A pesquisa evidenciou uma instituição de ensino em evolução, bem estruturada e engajada com as dimensões da sustentabilidade. No entanto, também apontou a necessidade de promover mais iniciativas relacionadas à dimensão ambiental.

Por sua vez, Garrido (2021) analisou a gestão pública municipal da cidade de Campina Grande-PB quanto ao cumprimento dos ODS e verificou que entre 2016 e 2020 havia no orçamento da prefeitura um número considerável de ações relacionadas ao atendimento dos ODS, atingindo mais de 70% do total. Os resultados obtidos indicaram um tendência de potencialização das ações desenvolvidas até 2030.

Já Ferreira *et al.* (2023), buscou identificar políticas públicas relacionadas à implementação dos ODS em Itabaiana – SE, destacando áreas prioritárias. Foram examinadas as ações divulgadas no Diário Oficial entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, totalizando 147

ações identificadas, das quais 38,64% abordaram mais de três ODS. Os resultados destacaram a natureza interdisciplinar da Agenda 2030, permitindo a colaboração de diversos setores do poder público para alcançar seus objetivos. O autor concluiu que a Agenda 2030 pode oferecer um diagnóstico útil para orientar a integração e implementação dos ODS em nível municipal.

Como se pode observar, o estudo da territorialização dos ODS e o incentivo para que isso aconteça vem de diferentes direções, tendo a universidade e a gestão municipal importante papel em termos de promover a integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável nas políticas locais, facilitando a implementação de ações concretas e eficazes para alcançar metas sustentáveis em nível comunitário.

### 3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo deste artigo de fornecer informações qualificadas para subsidiar a elaboração de estratégias e ações efetivas em nível municipal, foram coletados, tabulados e analisados, dados secundários a partir de diferentes fontes oficiais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS/SAGICAD), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

A escolha dos indicadores seguiu o modelo proposto pela Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS, que propõe um modelo de matriz básica por áreas temáticas, as quais são: Pobreza e Vulnerabilidade Social; Desnutrição e Segurança Alimentar; Saúde e Bem-Estar; Educação; Igualdade de Gênero; Água e Saneamento; Trabalho, Renda e Crescimento Econômico; Desigualdade Social; Resíduos Sólidos; Segurança; e Meio Ambiente. Foi coletada uma grande variedade de indicadores, mas aqui será apresentada uma versão sintetizada por questão espaço.

Dada a maior dificuldade de encontrar dados para recortes espaciais mais desagregados, como o nível municipal, os dados foram coletados para o período mais recente disponível em cada fonte de dados consultada, tendo em vista trazer informações que retratassem da forma

mais fiel possível a realidade do município.

Finalmente, a escolha do município de Baía da Traição considerou a localização do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pois está localizado na região metropolitana do Vale do Mamanguape, a importância da extensão universitária para a comunidade local e a relevância histórica do município.

Segundo o IBGE, Baía da Traição está localizada no litoral norte da Paraíba e possui uma área de 102,756 km<sup>2</sup>. De acordo com o último Censo do IBGE (2022), o município possui uma população de 9.224 habitantes, com estimativas apontando para 9.648 pessoas em 2024.

Os primeiros habitantes da região da Baía da Traição foram os potiguaras. No século XVI, durante o processo de ocupação dessa região por franceses, que exploravam e comercializavam pau brasil, foi firmada uma aliança destes com os povos potiguares, em resistência à colonização portuguesa. Esse contexto marcou o início dos conflitos que levaram à destruição de diversas comunidades indígenas pelos portugueses. Após a vitória dos lusos sobre os franceses, liderada por Martim Leitão, iniciou-se o processo de “pacificação” dos indígenas e posterior povoamento da região. O território foi elevado à categoria de município, sob a denominação de Baía da Traição, por meio da lei estadual nº 2748, de 2 de janeiro de 1962, a partir do desmembramento do município de Mamanguape, do qual era distrito.

## 4 ANÁLISE DE DADOS

### 4.1 Pobreza e Vulnerabilidade Social

Essa seção apresenta dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município e o número de beneficiários do bolsa família.

Na Tabela 1 tem-se o IDH para o Brasil, o estado da Paraíba e o município de Baía da Traição. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida que avalia o grau de desenvolvimento dos municípios brasileiros, utilizando três dimensões fundamentais: longevidade, educação e renda. Assim como o IDH global, o IDHM varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam melhor desenvolvimento humano. O índice é calculado a partir da média geométrica dos subíndices dessas três áreas, refletindo uma visão abrangente do bem-estar da população

em longo prazo.

Como se pode observar, o IDHM de Baía da Traição registrou crescimento entre 1991 e 2010, passando de 0,329 para 0,581 (crescimento de 76,6%). Apesar desse avanço, em 2010 o município ainda se encontrava na faixa de baixo desenvolvimento humano (0,500 – 0,599), segundo a classificação do IDHM. Ressalta-se, ainda, que em todos os anos o índice de Baía da Traição manteve-se abaixo das médias estadual (Paraíba) e nacional (Brasil), reiterando um nível de desenvolvimento inferior ao desejado.

Tabela 1: IDHM de Baía da Traição em 1991, 2000 e 2010

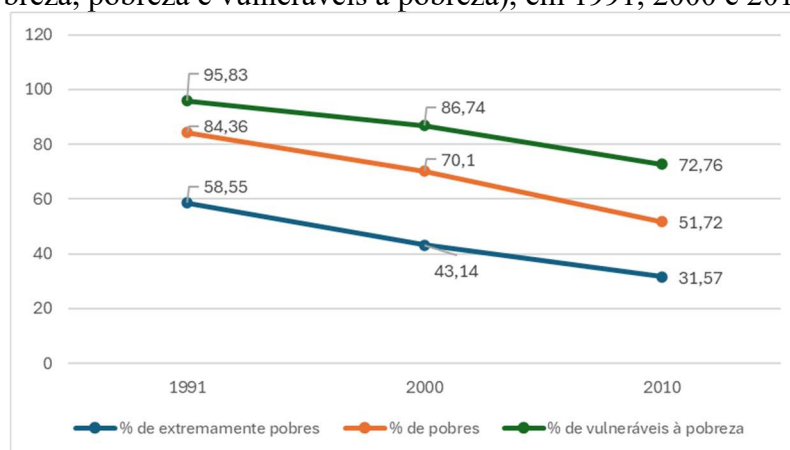
	1991	2000	2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
Paraíba	0,382	0,506	0,658
Baía da Traição	0,329	0,413	0,581

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A área que mais contribuiu para o IDHM do município em 2010 foi a longevidade, com índice de 0,731. Em seguida, vêm a renda e a educação, com índices de 0,541 e 0,495, respectivamente.

O gráfico 1 apresenta a evolução do percentual da população em situação de vulnerabilidade social no período entre 1991 e 2010. Em 2010, observa-se que 72,76% da população estavam vulneráveis à pobreza, 51,72% eram pobres e 31,57% encontravam-se em situação de extrema pobreza. Embora ainda elevados, esses indicadores apresentaram considerável redução ao longo do período analisado.

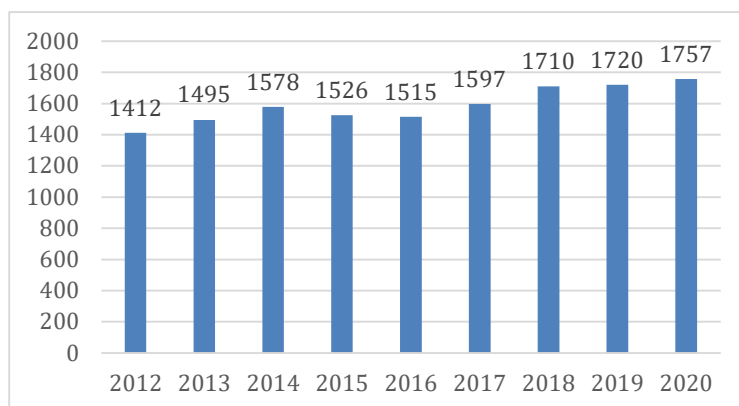
Gráfico 1: % de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município (extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza), em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

O Gráfico 2 apresenta o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Verifica-se um aumento no número de beneficiários passando de 1.412 para 1.757. Esse crescimento, com exceção de uma leve redução entre 2014 e 2016, pode estar refletindo tanto o agravamento das condições socioeconômicas locais quanto o fortalecimento dos mecanismos de identificação e inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade por meio do Cadastro Único. Os dados confirmam a relevância do Bolsa Família como importante política de transferência de renda no município, desempenhando um papel fundamental na mitigação imediata da pobreza. Contudo, também apontam para a necessidade de políticas complementares voltadas à autonomia econômica das famílias, à geração de emprego e à valorização das iniciativas produtivas locais.

Gráfico 2: Número de Famílias beneficiadas pelo PBF



Fonte: MDS/SAGICAD.

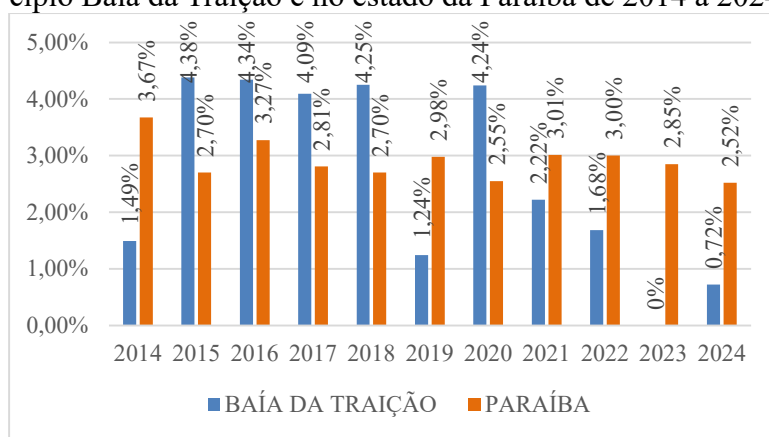
#### 4.2 Desnutrição e segurança alimentar

Para avaliar o estado nutricional das crianças, considerou-se o percentual de desnutrição e o índice de obesidade em crianças de até 5 anos de idade. A evolução do percentual de crianças com até 5 anos desnutridas em Baía da Traição, comparados à média estadual, revela avanços na saúde infantil do município que apresenta resultados positivos nos últimos anos em relação à média estadual, alcançando em 2024 um percentual de 0,72%, valor significativamente inferior ao índice do estado, que foi de 2,52% (Ver Gráfico 3).

A obesidade pode refletir a dificuldade de acesso a alimentos nutritivos e de qualidade. A partir do Gráfico 4 verifica-se que o índice de obesidade entre crianças de até 5 anos no município apresenta-se inferior à média estadual em quase todos os anos. Entre 2014 e 2024 apresenta inicialmente uma tendência de aumento, depois de queda, e novamente de aumento.

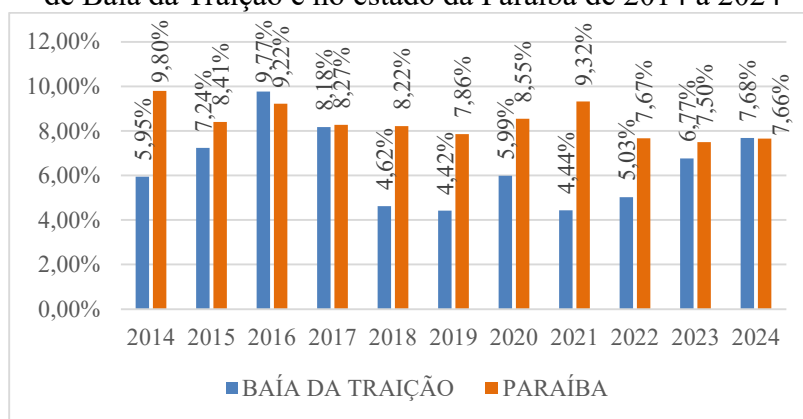
Em 2024, esse índice era de 7,68%. Com valores superiores aos percentuais de desnutrição, esses dados evidenciam um duplo problema nutricional enfrentado por populações vulneráveis. Tal contexto reforça a necessidade de estratégias integradas de promoção da saúde e alimentação saudável na infância, aliadas ao monitoramento contínuo pelas equipes de saúde.

Gráfico 3: Índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos (magreza acentuada) no município Baía da Traição e no estado da Paraíba de 2014 a 2024



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Gráfico 4 - Índice de obesidade entre crianças até 5 anos de idade no município de Baía da Traição e no estado da Paraíba de 2014 a 2024



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

### 4.3 Saúde e bem-estar

A Tabela 2 apresenta dados sobre a taxa de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos no município de Baía da Traição<sup>7</sup>. Conforme pode ser observado, em quase todos os anos

<sup>7</sup> A taxa de mortalidade materna compara o total de mortes de mães em um ano com o total de nascidos vivos, refletindo os óbitos maternos a cada 100 mil crianças nascidas vivas. A taxa é mais útil para comparações entre

analisados não foram registrados óbitos maternos, com exceção de 2017, 2020 e 2023, nos quais foi contabilizado um único óbito em cada ano. Esse resultado é bastante positivo, indicando que o município tem obtido êxito na prevenção da mortalidade materna.

Tabela 2: Taxa de mortalidade materna no município de Baía da Traição

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Número de óbitos					1			1			1
Número de nascidos vivos no município	146	161	168	138	171	163	182	172	180	158	162
Taxa de mortalidade materna (%)					584,8			581,4			617,3

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e MS/SVSA/CGIAE – SINASC.

A Tabela 3, por sua vez, traz a taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos. É possível verificar que essa taxa oscilou consideravelmente, variando de cerca de 10,99% a 29,76% óbitos por mil nascidos vivos. Os anos de 2015 (29,76%) e 2013 (27,4%) registraram os índices mais elevados, indicando situações pontuais de maior risco ou de menor cobertura e efetividade dos serviços de saúde infantil.

Tabela 3: Taxa de mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos de idade, no município de Baía da Traição

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Óbito de crianças menores de 5 anos	4	2	5	2	4	3	2	3	3	2	2
Número de nascidos vivos no município	146	161	168	138	171	163	182	172	180	158	162
Taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos (%)	27,40	12,42	29,76	14,49	23,39	18,40	10,99	17,44	16,67	12,66	12,35

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – SINASC.

Apesar das flutuações, observa-se uma tendência de queda moderada ao longo do tempo, especialmente a partir de 2020, com taxas em torno de 12% a 17% óbitos por mil nascidos vivos nos últimos anos, o que aponta para uma melhora relativa, embora ainda em níveis preocupantes quando comparados aos padrões desejáveis. No total, foram contabilizados 32

diferentes locais, já que não depende do tamanho da população, mas em áreas pequenas como os municípios que estão sendo estudados, o número total de óbitos também é relevante para evitar distorções nas interpretações, que podem afetar a implementação de políticas públicas e ações sociais adequadas.

óbitos em 1.801 nascidos vivos no período, resultando numa taxa média geral de aproximadamente 17,8 óbitos por mil nascidos vivos, o que indica a necessidade de manutenção e fortalecimento das políticas públicas de atenção à saúde infantil no município.

#### 4.4 Educação

A taxa de distorção idade-série é a proporção de alunos com dois ou mais anos de atraso escolar. De acordo com a Tabela 4, a taxa de distorção idade-série para o ensino fundamental apresentou queda entre 2013 e 2017 tanto no Brasil (de 21,00% para 18,10%), quanto na Paraíba (de 29,50% para 25,50%), refletindo avanços. No município de Baía da Traição, apesar da redução de 40,7% para 34,7%, os índices seguem elevados e superiores às médias nacional e estadual, o que requer maiores esforços na implementação de estratégias para a redução desse indicador.

Tabela 4: Taxa de Distorção Idade-Série – Ensino fundamental e Ensino médio

	Ensino fundamental					Ensino médio				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	21,00	20,00	19,20	18,60	18,10	29,50	28,20	27,40	28,00	28,20
Paraíba	29,50	27,90	26,80	25,90	25,50	35,00	33,80	32,80	34,00	35,10
Baía da Traição	40,70	37,90	35,60	36,00	34,70	54,90	50,50	50,00	47,20	44,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.

No ensino médio, observa-se uma leve tendência de redução na taxa de distorção idade-série no Brasil e um pequeno aumento na Paraíba. No cenário nacional, a taxa passou de 29,5% para 28,2%, enquanto na Paraíba os valores oscilaram 35% em 2013 para 35,1% em 2017. Já em Baía da Traição, apesar da queda mais significativa, de 54,9% para 44,4% no período, o município também ainda apresenta índices muito acima da média estadual e nacional, revelando desafios persistentes relacionados à distorção idade-série.

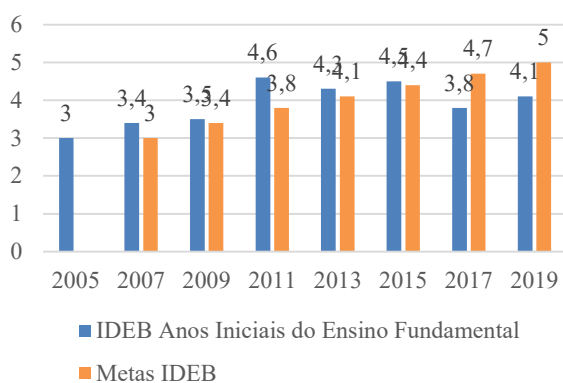
O IDEB é um indicador de qualidade da educação básica do município. O Gráfico 5 apresenta a série histórica do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental em Baía da Traição e revela que, entre 2005 e 2017, o município apresentou oscilações no desempenho. De 2005 até 2011, observa-se uma tendência de crescimento, inclusive com o alcance e a superação das metas estabelecidas, o que representa um resultado bastante positivo, pois indica esforços eficazes na busca por melhorias na aprendizagem e no fluxo escolar. A partir de 2011, no entanto,

esse indicador passa a oscilar significativamente, ficando aquém das metas nos anos de 2017 e 2019.

Esses resultados sugerem a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os fatores que contribuíram para a estagnação e posterior queda do desempenho, de modo a identificar fragilidades e promover ações mais eficazes que garantam a retomada do crescimento sustentável dos índices de qualidade da educação.

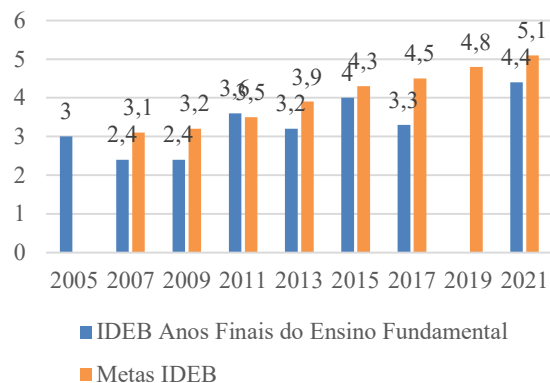
O Gráfico 6 ilustra a evolução do IDEB nos anos finais do ensino fundamental. Com base nele, é possível observar que, em quase todos os anos avaliados, o IDEB do município ficou abaixo da meta estabelecida e que não apresentou uma trajetória consistente de crescimento ao longo do tempo, o que revela um sério problema na qualidade do ensino nessa etapa. Essa instabilidade nos resultados evidencia a necessidade de intervenções mais eficazes, com foco na melhoria da aprendizagem, a fim de garantir que os estudantes dos anos finais tenham acesso a uma educação de qualidade e consigam avançar de forma satisfatória em sua trajetória escolar.

Gráfico 5: IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Baía da Traição, 2005 a 2019



Fonte: INEP. Ministério da Educação.

Gráfico 6: IDEB nos anos finais do ensino fundamental no município de Baía da Traição, 2005 a 2021



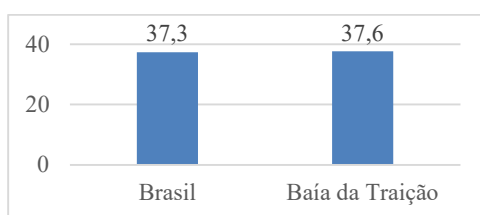
Fonte: INEP. Ministério da Educação.

#### 4.5 Igualdade de gênero

O Gráfico 7 apresenta a proporção de famílias chefiadas por mulheres em Baía da Traição no ano 2010, que foi de 37,6%, ligeiramente acima da média nacional, que era de 37,3%. Esse dado indica que o município segue a tendência observada no Brasil, com um papel significativo das mulheres na chefia familiar. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas

voltadas para a autonomia econômica das mulheres, apoio à maternidade, qualificação profissional e acesso à serviços, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dessas famílias e reduzir desigualdades sociais.

Gráfico 7: Proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil e no município de Baía da Traição, 2010

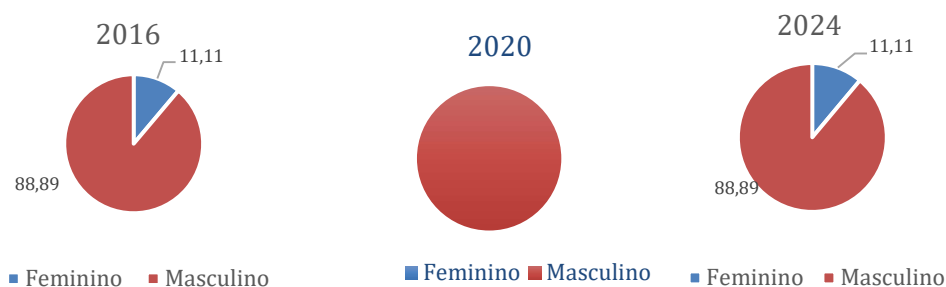


Fonte: IBGE, Estatísticas de Gênero.

O Gráfico 8 mostra o percentual de vereadoras eleitas em Baía da Traição entre 2016 e 2024. Em 2016, 11,11% das vagas foram ocupadas por mulheres, percentual que caiu para 0% em 2020, indicando um legislativo exclusivamente masculino. Em 2024, o índice retornou a 11,11%, ainda revelando uma forte predominância masculina (88,89%). Esses dados evidenciam a necessidade de políticas que incentivem maior participação feminina na política local, visando ampliar a representatividade e a equidade de gênero nos espaços de decisão.

Esses dados mostram desafios na igualdade de gênero na política local, ressaltando a importância de políticas públicas e iniciativas que incentivem a participação feminina na vida política e garantam maior equilíbrio na representatividade.

Gráfico 8: Percentual de vereadores e vereadoras eleitos no município de Baía da Traição, por sexo, em 2016, 2020 e 2024



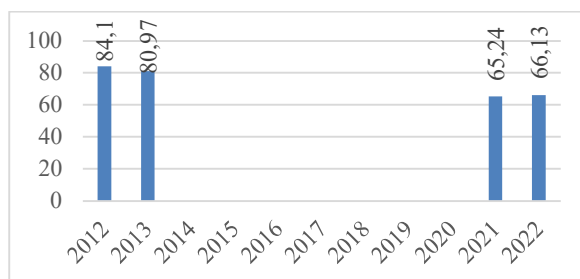
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

#### 4.6 Água e saneamento

Com relação ao abastecimento de água, entre 2012 e 2022, observa-se a partir do Gráfico 9, uma variação no percentual da população atendida em Baía da Traição. Em 2012, o atendimento alcançava 84% da população, caindo ligeiramente para aproximadamente 81% em 2013. A partir de 2014 até 2020, não há dados disponíveis, o que dificulta a análise da evolução nesse intervalo. Em 2021, o percentual registrado foi de 65%, subindo levemente para 66% em 2022, valores ainda inferiores aos observados no início da série. Esse cenário pode indicar desafios na manutenção ou ampliação da cobertura do serviço ao longo do tempo, além de ressaltar a necessidade de maior consistência no monitoramento desses dados para orientar políticas públicas locais.

Gráfico 9: Percentual da população total atendida com abastecimento de água no município de

Baía da Traição de 2012 a 2022



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

#### 4.7 Trabalho, renda e crescimento econômico

A Tabela 5 apresenta dados sobre trabalho e renda no município para o ano 2022. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em Baía da Traição foi de apenas 1,6 salários-mínimos, evidenciando os baixos níveis de rendimento formal.

Tabela 5: Dados de Baía da Traição sobre trabalho e renda em 2022

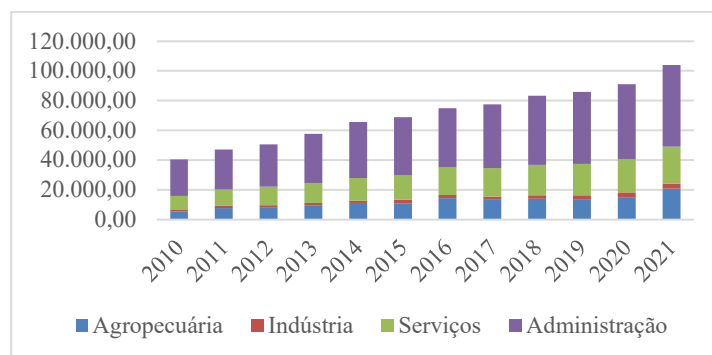
	Salário médio mensal dos trabalhadores formais	Pessoal ocupado	População ocupada
Baía da Traição	1,6	526	5,7%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2022).

O percentual da população ocupada foi de 5,70%, correspondendo a 526 pessoas, o que aponta para um mercado de trabalho restrito e uma possível dependência de ocupações informais ou de subsistência. Esses dados reforçam a importância de políticas voltadas à geração de emprego e à valorização salarial no município.

Outro dado importante com relação ao tema dessa seção diz respeito ao PIB e o PIB por setor do município (Ver Gráfico 10). De 2010 a 2021, o PIB de Baía da Traição apresentou uma trajetória de crescimento contínuo, com destaque para o setor de administração pública, que liderou de forma consistente a composição da economia municipal ao longo de todo o período. Esse setor respondeu pela maior participação no PIB, refletindo a forte dependência do município do mesmo. Na segunda posição em termos de importância econômica, aparece o setor de serviços, sustentando parte relevante da atividade local. A Agropecuária, embora com menor participação, mostrou sinais de fortalecimento ao longo dos anos.

Gráfico 10: PIB por setor no município de Baía da Traição, de 2010 a 2021 (x1.000)



Fonte: IBGE.

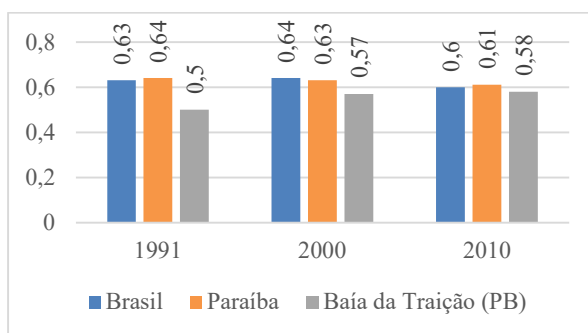
Já o setor industrial apresentou a menor contribuição ao PIB municipal, com participação limitada e pouca variação ao longo do período. A baixa expressão da indústria revela uma das principais fragilidades da matriz econômica local, mas também reflete a realidade dos pequenos municípios, apontando para a necessidade de políticas que incentivem a instalação e o desenvolvimento de atividades produtivas com maior valor agregado.

Em síntese, o perfil econômico de Baía da Traição permanece concentrado em atividades ligadas ao setor público e aos serviços, o que reforça a importância de ações voltadas à diversificação produtiva e à consolidação dos setores industrial e agroindustrial, como forma de promover maior equilíbrio e sustentabilidade econômica no longo prazo.

#### 4.8 Desigualdade social

O índice de Gini é um indicador que mede a concentração de renda. Quanto mais próximo de 1 mais concentrada a renda e quanto mais próximo de zero menos concentrada. De acordo com o Gráfico 11, entre 1991 e 2010, esse índice apresentou redução no Brasil e na Paraíba, mas um comportamento diferente em Baía da Traição. No Brasil, o índice caiu de 0,63 para 0,60, e na Paraíba de 0,64 para 0,61, indicando uma melhora na distribuição de renda.

Gráfico 11: Índice de Gini no Brasil, no estado da Paraíba e no município de Baía da Traição, em 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

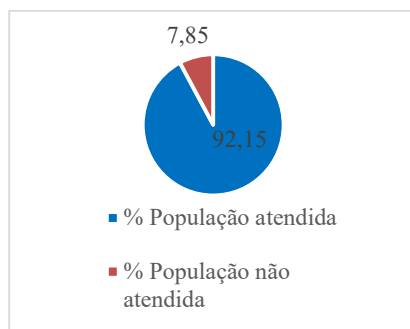
Em Baía da Traição, porém, o Gini passou de 0,50 em 1991 para 0,58 em 2010, mostrando aumento da desigualdade local no período, ainda que se mantendo em nível absoluto inferior aos índices estadual e nacional. Esse cenário sugere que, embora Baía da Traição tenha uma desigualdade menor em comparação com a média da Paraíba e do Brasil, ela aumentou nas últimas décadas, ao contrário da tendência de redução observada no estado e no país.

#### 4.9 Resíduos sólidos

São apresentados, a seguir, dados sobre a coleta de resíduos sólidos no município de Baía da Traição. O Gráfico 12 mostra o percentual da população atendida pela coleta de resíduos sólidos domiciliares e públicos no ano de 2022. Como se observa, 92,15% da população do município foi atendida, um índice considerado elevado e positivo. Esse dado sugere que a infraestrutura de coleta de resíduos sólidos no município está relativamente bem estabelecida,

o que contribui para a melhoria da qualidade ambiental, da saúde pública e das condições sanitárias da população.

Gráfico 12: Percentual da população atendida com a coleta de resíduos sólidos domiciliares e públicos em 2022



Fonte: SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

#### 4.10 Segurança

A Tabela 6 apresenta os dados gerais sobre homicídios no município. Verifica-se que, entre os anos de 2010 e 2023, Baía da Traição registrou 37 homicídios. Os dados revelam oscilações significativas ao longo do período. O ano com maior número de ocorrências foi 2021, com 8 homicídios, seguido por 2015 (7 casos) e 2022 (5 casos). O monitoramento contínuo da criminalidade, a atuação integrada das forças de segurança e o fortalecimento das políticas sociais são estratégias fundamentais para prevenir e reduzir todas as formas de violência, bem como as taxas de mortalidade no município.

Tabela 6: Número de homicídios, no município de Baía da Traição

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Homicídios	1	2	3	2	4	7	-	1	-	3	1	8	5	-	37

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

#### 4.1 Meio ambiente

Promover o uso sustentável dos recursos naturais e combater a degradação ambiental também faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Neste contexto, analisam-se os dados sobre a concentração de focos de calor e a cobertura vegetal nativa no município.

Como apresentado na Tabela 7, em 2017, o município de Baía da Traição registrou uma baixa concentração de focos de calor, com apenas 0,01 por mil habitantes, um dado considerado positivo. No entanto, a cobertura vegetal era relativamente baixa, com apenas 26,65% do território coberto por flora nativa.

Tabela 7: Focos de calor e cobertura vegetal natural em Baía da Traição

Município	Concentração de Focos de Calor (por mil)	Cobertura Vegetal Natural (%)
Baía da Traição	0,01	26,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal objetivo fornecer informações qualificadas para subsidiar a elaboração de estratégias e ações efetivas em nível municipal e, com isso, orientar a tomada de decisão dos gestores públicos, promovendo a formulação de políticas públicas voltadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU no município de Baía da Traição.

Por meio da coleta, tratamento e análise de dados secundários provenientes de bases oficiais, foi possível construir um retrato detalhado da realidade local, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias voltadas à elevação da qualidade de vida da população. Durante a elaboração do diagnóstico, observou-se que uma das principais dificuldades enfrentadas foi a descentralização dos dados públicos e a escassez de informações atualizadas, especialmente em municípios de menor porte. Essa limitação evidencia a urgência de fortalecer os sistemas de informação municipais e ressalta a importância da atuação de outros agentes, como a universidade, no apoio à gestão pública local.

O diagnóstico elaborado constitui um importante instrumento para a territorialização dos ODS e poderá subsidiar gestores e tomadores de decisão na formulação de políticas públicas mais eficazes, adequadas às particularidades e necessidades da população local. Espera-se que os dados e análises aqui reunidos sirvam como ponto de partida para futuras iniciativas públicas e acadêmicas, incentivando a continuidade da produção de diagnósticos locais e o monitoramento e cumprimento das metas da Agenda 2030 em âmbito municipal.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, *et al.* Políticas públicas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Itabaiana, Sergipe. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 26, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/w8wdJk35PmzRqhHYnfbYFRL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GARRIDO, L. D.. **Gestão municipal e Agenda 2030**: análise do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município de Campina Grande, a partir de informações orçamentárias. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Campina Grande, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/23609>. Acesso em: 06 jun. 2024.

KIST, M. B.; BELLEN, H. M. V.. Gestão da sustentabilidade em cidades: uma perspectiva considerando a atuação de redes da sociedade civil no processo de análise de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 583-602, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/8RY7fBWbwJcd5fZwm6JsbYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MUCHAGATA, *et al.* Localizando Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desafios de municípios brasileiros mais populosos e com alta vulnerabilidade socioeconômica para a implementação da agenda 2030. **Revista do Serviço Público**, Brasília 74(4), 734-757, out/dez, 2023. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9995/6941>. Acesso em: 09 jun. 2024.

ONU BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: ONUBR, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf). Acesso em: 04 jun. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: PNUD, 2021. 64 p. (Coletânea Territorialização dos ODS: Seu município ajudando a transformar o mundo). Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/d2b759d4cd785cb56fe02b71ef766fb10d0c1bc8fa58fc61444ac68ab6b7db84.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SANTOS, A. V.. **Planejamento e sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior**: um estudo à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU). 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17420>. Acesso em: 08 jun. 2024.